



Ata da ducentésima septuagésima oitava (278ª) reunião ordinária do Comitê de Acompanhamento de Investimentos Financeiros do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, ocorrida em 04 de outubro de 2017, com as seguintes presenças: Vanderlei Massarioli - Diretor Financeiro, Fabiola de Melo Silva Carneiro - Gerente Financeira e Contábil e Clévio Vítor de Almeida. As ausências dos membros Francisco Caluza Machado, Anderson Vieira Bastos e Thais Priante Storni foram justificadas. Participou da reunião o Gerente de Investimentos Francisco de Assis Guedes. A reunião teve início, na sala de reuniões do IPMJ, às 09h00min, com a apresentação do Gerente de Investimentos. Na sequência foi apresentada a movimentação financeira do mês de setembro/2017: 1) Santander FIC FI Corporate RF Referenciado DI aplicação no dia 01/09 no valor de R\$ 11.000,00 oriundo de resíduos de repasse dos acordos de parcelamentos da PMJ, aplicação no dia 06/09 no valor de R\$ 444.000,00 oriundo de repasse de contribuição da CMJ e amortização do fundo FIDC Multisetorial Master III e aplicação no dia 29/09 no valor de R\$ 206.000,00 oriundo de resíduos de repasse da contribuição da PMJ e resgates totalizando R\$ 1.989.500,00 para pagamento de despesas previdenciárias; 2) Santander FIC FI Corporate RF Referenciado DI Taxa de Administração resgates totalizando R\$ 174.500,00 para pagamentos de despesas administrativas; 3) BB Previdenciário RF IRF-M TP aplicação no dia 08/09 no valor de R\$ 413.000,00 decorrente de COMPREV; 4) FIDC Multisetorial Master III amortização no dia 05/09 no valor de R\$ 312.498,32. Seguiu-se a elaboração do Relatório Gerencial Mensal referente a setembro/2017 com a análise dos seguintes itens: a) Cenário e Fatores Econômicos: Apesar do mês ter sido marcado por conflitos geopolíticos e desastres naturais, os fundamentos do cenário econômico global permanecem inalterados. A combinação de atividade robusta e ausência de pressão inflacionária seguem sendo a tônica das principais economias internacionais. Dessa forma, a retirada dos estímulos monetários injetados pelos bancos centrais americano e europeu poderá ser implementada de forma bastante gradual, beneficiando as economias emergentes. Nos Estados Unidos, a atividade permanece se expandindo a taxas elevadas. O Comitê de Política Monetária dos Estados Unidos projeta mais uma alta de juros este ano, mas o mercado financeiro atribui uma probabilidade cada vez menor a esse evento. Na Europa, o bom desempenho da economia, aliado à redução da incerteza política, tem puxado a cotação do Euro, que já apreciou mais de 10% desde abril deste ano. Na ata de sua última reunião de política monetária, o Banco Central Europeu (BCE) se mostrou preocupado com os impactos de uma apreciação excessiva da moeda na inflação e na atividade. Por outro lado, a autoridade monetária do bloco está cada vez mais convicta de que a melhora no cenário de crescimento conseguirá levar a inflação para níveis mais próximos de sua meta ao longo dos próximos anos, sugerindo breve redução nos estímulos monetários injetados na economia desde 2015. Na China, apesar dos dados de atividade econômica terem frustrado a expectativa do mercado em julho espera-se crescimento um pouco acima de 6,5% para 2017. O bom momento dos seus principais parceiros comerciais, o forte crescimento do investimento privado e um mercado imobiliário dinâmico devem garantir um bom desempenho da economia chinesa nos próximos meses, que deve registrar ligeira desaceleração nos próximos trimestres, mas ainda sustentando uma expansão forte da atividade. Em linhas gerais, a tendência da economia global segue intacta e os mercados emergentes continuam se beneficiando dos ventos externos positivos. No cenário doméstico apesar do elevado grau de incerteza acerca do cenário político e fiscal do Brasil, a atividade econômica não apenas deu sinais



de melhora nos últimos meses, como aumentam os indicativos de que a recuperação pode estar acelerando e que ela está se dando em bases mais sólidas que os ciclos de crescimento anteriores. O ambiente permanece propício à tomada de risco, com reavaliações positivas para a atividade e expectativas de inflação ancoradas, o que permitiu ao Banco Central reduzir a taxa Selic para 8,25%, menor nível em quatro anos. O mercado vê agora, a Selic terminal em 7,00% a.a. e permanecendo nesses níveis até o final de 2018. IPCA fechou em 0,16% no mês e o INPC negativo -0,02%. Dólar fechou com alta de 0,66% no mês, acumulando no ano negatividade de -2,80%. . No mercado de renda fixa local, os juros continuaram sua trajetória de queda verificando as seguintes variações: CDI 0,64% no mês, acumulado 8,03% no ano; IMA-B5 1,01% no mês, acumulado 10,94% no ano; IMA-B 1,81% no mês, acumulado 13,16% no ano; IMA-B5+ 2,40% no mês, acumulado 14,62% no ano; IMA-Geral 1,33% no mês, acumulado 11,68% no ano; IRF-M 1,48% no mês, acumulado 13,57% no ano; Ibovespa 4,88% no mês, acumulado 23,36% no ano (dados obtidos de planilha do sistema Econômica). b) Limite da Resolução nº 3.922/10: todos os fundos permaneceram dentro dos limites da Resolução e da política anual de investimentos, no mês; c) Rendimento mensal: o desempenho da carteira no mês de setembro foi positivo 1,70% acumulando 12,47% no ano, perfazendo no rendimento mensal o importe de R\$ 7.713.872,68, somando um patrimônio de R\$ 458.633.183,98, alcançando 382,43% da meta de 0,44% no mês e 216,61% da meta de 5,75% no ano. Em análise a carteira sugere o comitê em manter as alocações do COMPREV no fundo de investimento BB Previdenciário IRF-M TP para aproveitamento dos bons rendimentos dos prefixados ainda esse ano, bem como, a alocação dos novos recursos ainda em CDI para análises de fundos de renda variável setoriais, como: dividendos, consumo e ações livres. Foi pautada pela Gerente Financeira e Contábil que o investimento realizado no FIA Bradesco Infraestrutura já está com resultado positivo, rendimento desde o início da aplicação até o fechamento de setembro/2017 R\$ 66.321,44, sendo objeto de análise para realocação. O próximo assunto tratou de análises da Política de Investimentos para o ano de 2018, visto o prazo de apresentação do DPIN (Demonstrativo da Política de Investimentos) à Secretaria da Previdência Social ser até o dia 31/10/2017, conforme Art. 5º, § 6º, IV, da Portaria nº 1, de 03 de Janeiro de 2017. Foram expostas perspectivas para o cenário econômico em 2018, considerando expectativas do mercado financeiro retratada no Relatório Focus, de 02 de outubro de 2017. A taxa de rentabilidade real para carteira de investimentos mantém-se como Meta Atuarial o índice INPC anual acrescido da taxa de 6% ao ano. A estratégia de alocação se pautará pela diversificação nos segmentos constantes da Resolução CMN nº 3.922, de 25/11/2010, nos limites definidos como inferior, alvo e superior, pelos membros do CAIF, como segue: Renda Fixa: Artigo 7º I, "a" - Título Público Federal (Selic), com estratégia de possibilidade de alocação em oportunidades específicas, por meio de abertura da curva de taxa de juros, limitando em 0%, 1% e 2%; Artigo 7º I, "b" FI com 100% em TPF, propõe-se a redução dos percentuais alocados nesses papéis, dadas as recentes quedas da taxa SELIC e, conseqüentemente, queda de rentabilidade dos mesmos, limitando em 40%, 61% e 75%; Artigo 7º III, "a" FI RF ou Referenciados em RF, com estratégia de manutenção dos investimentos para diversificação da carteira e aproveitamento de um percentual de crédito privado que poderá propiciar melhores retornos, limitando em 10%, 15% e 35%; Artigo 7º IV FI RF ou Referenciados em indicadores de RF, investimento de valores disponíveis para fluxo de caixa e análises de alocação para os novos aportes, com estratégia de manutenção e viés de

Handwritten signature and initials.



proteção, limitando em 5%, 7% e 20%; Artigo 7º VII, "a" FIDC Fechado, com estratégia de manutenção apenas no fundo o qual já foi realizada aplicação, limitando em 0%, 0,5% e 1%; Artigo 7º VII, "b" FI RF ou Referenciado RF "Crédito Privado", com estratégia de alocação inicial para diversificação, diante do cenário econômico para o exercício de 2018, limitando em 0%, 0,5% e 2%. Projetando o limite alvo de alocação em renda fixa para o ano de 2018 em 85% da carteira de investimentos do Instituto. Renda Variável: Artigo 8º I FI Ações Referenciados Ibovespa/IBrX/IBrX50, com estratégia de manutenção dos investimentos e acompanhamento do desempenho da bolsa de valores brasileira, devido possibilidade de grande volatilidade em 2018, limitando em 0,50%, 1,50% e 4%; Artigo 8º III FI em Ações, com aumento de posição para aproveitamento de rentabilidades setoriais, conforme oportunidades de mercado, limitando em 2%, 7% e 15%; Artigo 8º IV FI Multimercado Aberto, com estratégia de ampliação para diversificação da carteira e possibilidade de rentabilidade superior à meta atuarial, limitando em 1%, 3% e 5%; Artigo 8º V FI em Participações (fechado), com estratégia de ampliação para diversificação da carteira, limitando em 0,5%, 3% e 4%; Artigo 8º VI FI Imobiliário (Cotas Negociadas em Bolsa), com estratégia de aplicação inicial para diversificação da carteira, e aplicações em novos produtos de acordo com oportunidades do mercado, limitando 0%, 0,5% e 3%. Projetando o limite alvo de alocação em renda variável para o ano de 2018 em 15% da carteira de investimentos do Instituto. A proposta será elaborada em relatório específico e encaminhada, por e-mail, a todos os membros. As deliberações deverão ser apresentadas na próxima reunião, marcada para o dia 18/10/2017. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h00 e foi por mim, Fabíola de Melo Silva Carneiro, Gerente Financeira e Contábil, fmusc, lavrada a presente ata que será assinada pelos membros do Comitê presentes.*****

Vanderlei Massarioli

Fabíola de Melo Silva Carneiro

Fabíola M. Silva Carneiro

Clévio Vítor de Almeida